

PODEMOS FALAR SEM SERMOS “INTELECTUAIS PÚBLICOS”?

Juliana Mesomo

Resumo

Entre outras coisas, este artigo analisa as condições efetivas de intervenção do cientista social no debate político atual a partir da noção de “intelectuais públicos”. A autora, ao longo de sua argumentação, sustenta que as disciplinas às quais os cientistas sociais se filiam pouco contribuem para a conformação de um novo esforço político capaz de desafiar com eficácia as tendências ideológico-políticas predominantes no momento atual.

Palavras-chave: Intelectuais Públicos. Ciências Sociais. Posicionalidade.

Nada é intrinsecamente político: a potilização requer um agente político que transforme em terreno de batalha aquilo que se dá por sentado. (Mark Fisher)

Já³⁵ faz alguns anos que cientistas sociais brasileiros vêm tentando ocupar um espaço nos debates públicos nacionais, principalmente no que diz respeito aos rumos políticos tomados pelo país. No marco deste esforço, elxs procuram buscar uma utilidade social para o conhecimento desenvolvido no interior das instituições acadêmicas. Com este propósito em mente, os chamados “intelectuais públicos”³⁶ de modo geral lançam mão de conclusões derivadas de pesquisas já realizadas ou articulam, rapidamente, alguns projetos de investigação *à la carte*, para responder perguntas que a conjuntura parece colocar. Apesar disso, dificilmente um cientista social – cientista político, economista, sociólogo ou antropólogo – terá condições de

³⁵ O debate que apresento neste texto é fruto das leituras e discussões coletivas desenvolvidas no contexto do coletivo Máquina Crísica – Antropologia Crítica. Agradeço aos companheiros do grupo pela revisão final e pelas sugestões que realizaram ao texto.

³⁶ Utilizo aqui a ideia de “intelectuais públicos” em referência aos teóricos e analistas que buscam comunicar na imprensa ou nas redes sociais análises e intervenções políticas que dependem do jargão, dos métodos e da legitimidade das disciplinas acadêmicas que conhecemos: a sociologia, a psicologia, a psicanálise, a filosofia, a antropologia, a economia, a história. Trata-se de um uso restrito do termo, já que nem todos os intelectuais sustentam sua capacidade de fala nas disciplinas. No entanto, com “intelectuais públicos” quero chamar a atenção, neste texto, para a interface entre a legitimidade das disciplinas e a capacidade de ser ouvido no espaço público.

intervir com efetividade em qualquer debate político atual, porque as disciplinas às quais se filia têm pouco a contribuir para a conformação de um novo esforço político capaz de desafiar com eficácia as tendências ideológico-políticas predominantes no momento atual. São afirmações fortes. Nesta breve intervenção proponho-me a desenvolver alguns critérios que permitam subsidiá-las.

Os “intelectuais públicos” que hoje se dirigem a grandes audiências a fim de analisar a conjuntura e traçar diretrizes para as forças de esquerda no país o fazem com a condição de validar a importância política da sua própria disciplina. Fala-se “a partir da” antropologia, da geografia, da sociologia, da economia, da ciência política, da psicologia ou da história. Não é difícil encontrar, tanto nas redes sociais, como nas páginas de publicações acadêmicas e de revistas de maior circulação alinhadas com o campo progressista, argumentos sobre a relevância desta ou daquela disciplina acadêmica no concernente ao encaminhamento adequado dos debates que, hoje, mobilizam a esquerda³⁷. Em outro flanco, frente aos ataques da direita e à desinformação que ela propaga, os graduados e pós-graduados não titubeiam em defender a validade dos seus títulos e os anos dedicados à pesquisa social e ao pensamento disciplinado. Esforçam-se por argumentar – às vezes com virulência – que, enquanto cientistas sociais, não estão proferindo meras opiniões. Logo, demandam respeito dos ouvintes diante do que eles têm a falar³⁸.

³⁷ O caso mais emblemático, a meu ver, e mais próximo ao campo de discussões com o qual debato e tensiono, é o projeto da antropóloga Rosana Pinheiro-Machado, que argumenta no texto “Luzes antropológicas ao obscurantismo: uma agenda de pesquisa sobre o “Brasil profundo” em tempos de crise” (2016), que o momento de instabilidade e polarização política requer que resgatemos “o que a nossa disciplina tem de melhor”, isto é, “não se contentar com os rótulos facilmente e, ao contrário, buscar entender a emergência do ódio, da fúria e da intolerância em tempos de liminaridade e confusão” (p. 25). “É urgente” – ela argumenta – levar a expertise antropológica ao debate público, pois é justamente a visão das pessoas comuns – do camelô, do evangélico, da vendedora – que está ausente neste momento”. “Uma antropologia pública sobre as camadas de baixa renda – ou tudo aquilo que tem sido denominado como “povo brasileiro” – é precisamente o tipo de intervenção acadêmica e política que mais precisamos nesse momento de crise, confusão e sofrimento”. Outros exemplos dessa postura podemos encontrar nas intervenções do sociólogo Jessé de Souza e seu esforço de “explicar o Brasil desde o ano zero [isto é] o que foi, como foi, por que somos hoje o que somos e o que isso implica para o nosso futuro” e nas tentativas dos cientistas sociais da religião em explicar à esquerda a lógica por trás dos posicionamentos políticos dos evangélicos. Ver, por exemplo, a entrevista com o sociólogo Roberto Dutra “Há cegueira da esquerda para entender a nova classe trabalhadora” (2016) e o texto de Pablo Semán (2018) “El poder real del voto confesional”.

³⁸ É bastante comum se deparar com a lógica da seguinte argumentação, sintetizada recentemente pela YouTuber Sabrina Fernandes, no Twitter: “Ser cientista social é foda. Se a gente fala uma cagada das exatas, vem o cientista das exatas e mostra a conta e a gente fala: putz, foi mal. Entendi errado mesmo. Agora imagine ao contrário. Mostrando dados e pesquisa (menos objetivos, ainda assim acadêmicos). Pois é. Tem uma galera que tira definição de esquerda do cú, provavelmente nunca pesquisou imperialismo na vida, mas quer falar com autoridade sobre todos os temas que envolvem a esquerda. E muita gente vai e aplaude,

A propagação do discurso disciplinar no espaço público supõe dois esforços: um deles é pedagógico e se refere à vontade de ensinar aos demais “como as coisas realmente funcionam”. Aqui, tudo se passa como se houvesse uma grande batalha entre a ciência social e os saberes autorizados, de um lado, e a irracionalidade da direita ou a cegueira ideológica da esquerda, de outro. Tenta-se reabilitar a força do título universitário e as vozes autorizadas. O segundo esforço, mais investigativo, dedica-se à prospecção das vontades e interesses da população. É necessário, argumentam certos “intelectuais públicos”, que a esquerda encare a disputa “no terreno das subjetividades” atuais, e pergunte-se sobre os “modos de vida” alternativos que teriam a capacidade de mobilizar “corações e mentes”, tendo em vista as novas figuras do trabalho, como o empreendedor, que “segue[m] tendo mais apelo [se comparado à figura do operário fabril], mesmo nas classes populares”³⁹. Para poder propor alternativas às subjetivações neoliberais, é preciso primeiro compreendê-las e explicá-las. Este é um papel confortavelmente ocupado pela antropologia, a disciplina que *par excellence* media os litígios entre os outros – isto é, aqueles que, a princípio, não podem falar no espaço público em pé de igualdade – e “nós” (quase sempre o Estado ou aqueles que, sim, podem intervir com propriedade no espaço público). Quando recrutada para servir ao estado ou ao *establishment*, a antropologia torna-se mediadora das tentativas de conquistar igualdade através da tomada da palavra, distribuindo a emergência disruptiva da voz alheia na desigualdade das posições sociais, isto é, no diagrama normativo que distribui os papéis e capacidades socialmente legítimos. Os lugares sociais são fortemente vigiados por essa disciplina acadêmica organizada em núcleos de pesquisa que estudam indígenas, quilombolas, classes populares, migrantes, jovens de periferia, grupos de traficantes, microempreendedores, etc. A cada coletivo socialmente definido compete o seu devido “lugar de fala”, para resgatar uma

porque reforça seu senso comum”. Não se trata aqui de avaliar a qualidade das intervenções dessa socióloga marxista, que demonstra realmente dominar uma vasta quantidade de assuntos que comunica, em seu canal, de maneira bastante clara e didática, provocando debates muito produtivos entre a emergente militância de esquerda nas redes sociais. O que me interessa é investigar criticamente o tipo de postura que as disciplinas acadêmicas incentivam e habilitam no espaço público.

³⁹ Este é o argumento de Tatiana Roque, filósofa, no texto “Subjetividades no ponto cego da esquerda”, publicado no site do Le Monde Diplomatique no início de 2017. O filósofo Pablo Ortellado, juntamente com a cientista social Esther Solano, também ficaram conhecidos por sua pesquisa de campo entre as pessoas que compareceram às marchas da direita em 2015, realizando o que eu chamo aqui de prospecção sociológica das vontades e interesses da população.

expressão que vem sendo bastante utilizada nos debates que hoje versam sobre a defesa da democracia.

Contudo, a lógica da política – de qualquer esforço político atual ou por vir – não segue os lugares de fala cuidadosamente diagramados pelas disciplinas – ou referendados pela legislação vigente. Isto é assim por uma série de motivos. Em primeiro lugar, porque, quando aparece, a política redefine, completamente, o regime de identificação das vozes autorizadas. Podemos inclusive afirmar que a política consiste, justamente, na redefinição de quem pode falar sobre qualquer assunto. Em segundo lugar, uma política dificilmente começa seu processo de desenvolvimento a partir da reivindicação de posicionalidades sociais dadas. Ao contrário, ela propõe um deslocamento radical em relação a qualquer lugar social objetivo (seja o do jovem periférico, o do indígena, o das mulheres negras ou brancas). No sentido inverso ao movimento da política, as disciplinas dedicam-se ao inventário do que “é” (no imaginário, nas representações, nas estruturas sociais, no passado, etc.).

Mesmo que, na superfície dos textos acadêmicos, essa não seja a estrutura analítica explicitamente reivindicada, quando se lançam ao espaço público, as ciências sociais tornam evidente a reivindicação da prerrogativa de enunciar verdades objetivas derivadas do mapeamento de processos empíricos concretos que devem ser levados em conta. No entanto, o conhecimento – a descrição do que é – só pode vir em favor da definição de um curso de ação e da reflexão sobre as causas externas que conformam nossos afetos depois que uma política já emergiu. Logo, fazer o inventário das opressões e das situações precárias que determinam nossas vidas não leva, necessariamente, à conformação de um esforço político. Pelo contrário, devemos nos colocar no curso de uma política singular para poder “explicar” o que nos acontece (ou a outras pessoas) a partir das categorias de pensamento criadas no seio dessa mesma singularidade política.

A disciplina que costuma fazer o inventário das posicionalidades atuais através da produção de estatísticas subsidiadas por estudos quantitativos é, geralmente, a sociologia. No entanto, a difusão desses inventários costuma obliterar a própria política que lhe é subjacente (já que todo esforço de “conhecer” se insere numa política). A sociologia oscila indefinidamente entre o “engajamento” e a

legitimidade científica do seu esforço investigativo. Ambos coexistem em exterioridade: primeiro faz-se ciência, depois política. Mas, a política é uma condição do pensamento e da explicação dos fenômenos sociais. Essa exclusão fundacional da política no pensamento sociológico redundava numa vacilação e, inclusive, em falhas lógicas nas explicações que os pesquisadores treinados nessa disciplina procuram dar a certos processos. Senão vejamos: as categorias de raça (racialização), classe e gênero – para tomar coordenadas de análise ineludíveis à pesquisa social contemporânea – surgiram, todas elas, da politização de situações específicas⁴⁰. Neste sentido, as categorias em questão possuem uma história própria, exterior ao devir institucional das ciências sociais. No entanto, dentro das disciplinas acadêmicas, tenta-se atribuir à classe, ao gênero e à raça um fundamento diretamente empírico, escamoteando suas origens em processos de luta coletiva e baseando sua existência numa “realidade” social exterior a qualquer prescrição política, isto é, no que está dado desde sempre. Em seu uso disciplinado, tais categorias perdem efetividade política justamente porque troca-se um fundamento biológico, por exemplo, por outro, de ordem sociológica ou cultural, ou seja, postula-se um *background* objetivo para a explicação das subjetividades políticas.

No marco de uma política, a descrição do que “é” não é um ponto de partida. Não quer dizer que a política desconheça a existência objetiva do Estado, das classes ou dos grupos sociais conformados pelo exercício do poder, no entanto, uma política singular não os toma enquanto fundamentos que determinam seu pensamento. Para uma política capaz de ameaçar as posicionalidades dadas, o existente é objeto da prescrição de possíveis: prescreve-se o que o Estado, a classe, o gênero ou a nação podem ser. As individualidades e coletividades posicionadas segundo uma dada matriz de poder serão as propositoras de uma subjetividade (um pensamento), onde a classe e o gênero, por exemplo, serão pensados de maneira

⁴⁰ Vale lembrar que, embora possamos mapear a origem e existência dessas categorias em outros campos discursivos, como a biologia, o sentido do uso que damos a elas nas ciências sociais, enquanto efeitos da dominação social e das relações de poder, é derivado dos esforços de politização das situações, a partir das quais elas reemergiram como categorias críticas.

singular. Em meio às posições dadas – que a sociologia pode mapear – surgem as prescrições que as desafiam⁴¹.

As categorias ligadas ao gênero, classe e raça (racialização), nestes esforços políticos, tomam a forma de categorias de crítica imanente, de deslocamento e de tensão. No marco dos diferentes feminismos, por exemplo, nunca digo o que uma mulher é a não ser num movimento de distanciamento em relação ao que efetivamente uma mulher “é”. Enquanto eu adiro à política feminista, tudo o que eu quero é me afastar das determinações objetivas que me fixam num lugar social. “Mulher” no marco de uma política feminista é tudo o que uma mulher pode ser a partir do momento que adere à experimentação política (no sentido da pergunta de Spinoza “o que pode um corpo?”⁴²). O “dado”, portanto, por proposição, nunca poderá engendrar uma política, que é, por definição, o deslocamento radical em relação aos lugares objetivos, definidos pelo Estado, fixados pelo discurso médico-biológico ou mapeados pela sociologia.

Em política, a genealogia de categorias como “gênero” ou “mulher” é variada e pode ser singularizada a cada uso. A infinita variedade das genealogias não é um problema. Ela corresponde à instauração presente de uma nova categoria que se aloja no corpo de uma palavra já conhecida. A categoria “mulher”, por exemplo, têm múltiplas genealogias *em política* e sempre pode conter uma prescrição nova. O incômodo está em obliterar o uso prescritivo de cada uma delas, em favor de preenchê-las com “conteúdo empírico”. Certa vez, depois da apresentação de uma estudante sobre sua pesquisa referente à trajetória das “mulheres negras” numa cidade do interior do Rio Grande do Sul, eu perguntei a ela: uma vez que não foram sociólogos ou antropólogos que inventaram a categoria “mulher negra”, qual sua origem? Ela me respondeu sinalizando a origem de “mulher negra” num discurso da militante abolicionista Sojourner Truth, proferido em 1851, nos Estados Unidos. Enquanto o movimento feminista daquele país reivindicava o direito de voto para as

⁴¹ Alguns autores que desenvolvem esta perspectiva sobre a política: Sylvain Lazarus (2017), Michael Neocosmos (2018) e Peter Hallward (2005).

⁴² Em Spinoza, segundo Azevedo (2018, p. 51), “a compreensão do corpo passa por duas proposições, uma dinâmica: o corpo se define pelo poder de afetar e ser afetado; e outra cinética: a individualidade de um corpo também se define pelas relações de repouso e movimento, de velocidade e lentidão”. “Portanto, – ela conclui – o corpo é sempre relacional e se define pelos afetos de que é capaz. Sendo assim, toda a Ética de Espinosa pressupõe a noção de experimentação, uma vez que não se sabe antecipadamente o que pode um corpo em um encontro, em uma combinação”. Na experimentação política também não sabemos antecipadamente o que podemos ser, neste mesmo sentido atribuído ao corpo em Spinoza.

mulheres brancas, Soujoner identificou e enfrentou uma divisão de capacidades e lugares objetivamente distribuídos, onde apenas as mulheres brancas eram consideradas “mulheres”. Ela disse o seguinte a uma plateia de homens e mulheres brancos que discutia “a igualdade entre os sexos”:

Aquele homem ali diz que as mulheres precisam ser ajudadas a entrar em carruagens, e erguidas para passar sobre valas e ter os melhores lugares em todas as partes. Ninguém nunca me ajudou a entrar em carruagens, a passar por cima de poças de lama ou me deu qualquer bom lugar! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço! Tenho arado e plantado, e juntado em celeiros, e nenhum homem poderia me liderar! E eu não sou uma mulher? Posso trabalhar tanto quanto e comer tanto quanto um homem - quando consigo o que comer - e aguentar o chicote também! E eu não sou uma mulher? Dei à luz a treze filhos, e vi a grande maioria ser vendida para a escravidão, e quando eu chorei com minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E, digam-me, eu não sou uma mulher?

Então eles falam sobre essa coisa na cabeça... como a chamam mesmo? [alguém na plateia sussurra: "intelecto"] É isso, meu bem. O que isso tem a ver com os direitos das mulheres ou dos negros? Se a minha xícara não comporta mais que uma medida, e a sua comporta o dobro, você não vai deixar que a minha meia medidazinha fique completamente cheia?⁴³

Além de afastar a “medida do intelecto” como fundamento para a distribuição de direitos, Soujoner reivindica sua condição como “mulher”, reorganizando totalmente o fundamento da categoria em questão: já não se tratava das damas brancas às quais se concedia o privilégio de não realizar trabalho braçal. A auto inclusão de pessoas como Soujoner na categoria “mulher” realizou uma torção crítica no pensamento feminista que dura até hoje. A categoria “mulher negra” conta a história de sucessivas politizações, da criação de discursos próprios e do conjunto de intervenções político-teóricas que hoje denominamos “feminismos negros”. A existência empírica de “mulheres negras”, por fora das múltiplas trajetórias políticas da categoria que as nomeia, é difícil de mapear. Uma pesquisa baseada na premissa científicista de que as “mulheres negras” têm uma existência empírica, por fora de prescrições políticas singulares, só irá preencher com conteúdo sociológico

⁴³ O discurso de Soujourner Truth foi transcrito por mais de uma pessoa. Por isso há algumas versões diferentes. Esta é transcrição de Frances Gage, no livro *History of Women's Suffrage*, traduzida na página da *Wikipedia* dedicada ao discurso da militante abolicionista “Ain't I a Woman?”.

(falas, estatísticas, descrições) uma categoria que depende estritamente de uma identificação política para efetivar-se.

Há um segundo argumento que motiva minha afirmação de que, dificilmente, um cientista social terá condições de intervir com efetividade em qualquer debate político atual. Os próprios “intelectuais públicos”, ao reivindicarem sem ressalvas as disciplinas pelas quais militam, de fato (afinal, eles querem que tais disciplinas perdurem e triunfem), certamente escamoteiam a crítica mais recente da qual elas próprias foram objeto. Esta crítica ocorreu no marco da politização das hierarquias e dinâmicas universitárias, no ciclo de ocupações e greves que começaram em 2011 e tiveram suas últimas expressões em 2016⁴⁴. A distribuição de legitimidades e mesmo a dinâmica maquínica de produção desejante e subjetiva das disciplinas acadêmicas foi contestada frontalmente nas ocupações das universidades. A lógica proposta naqueles momentos foi a seguinte: nos organizaremos em torno a outros objetivos, definidos coletivamente, que não sejam a competição e a meritocracia que alimentam a produtividade dos espaços acadêmicos. No caso da ocupação do IFCH/UFRGS, da qual participei em 2016, os objetivos eram os seguintes: entender os movimentos que levaram ao golpe parlamentar de 2016 e imaginar outra forma de organizar a convivência e a cooperação entre os sujeitos que habitam a universidade, neles incluídos trabalhadores, professores e estudantes.

A própria lógica de legitimação das autoridades estava em questão, já que a capacidade de pensar, falar, propor e decidir passou a estar distribuída igualmente entre todos. Aquele que quisesse tomar a palavra, nas assembleias, ou propor uma atividade, não precisava portar qualquer título (tradicional ou universitário). Se os estudantes, que são aqueles destinados a não-ser – isto é, a formar-se, adquirir forma, e sair da instituição –, podem falar, então todos podem falar. Trata-se de uma crítica radical, profundamente democrática, à desigual distribuição da capacidade de

⁴⁴ O coletivo Máquina Crítica - Grupo de Estudos em Antropologia Crítica vem registrando, desde a greve dos estudantes de mestrado em Antropologia Social, em 2011, algumas reflexões, próprias ou de outras pessoas, frutos de momentos de politização do espaço universitário com os quais nos aproximamos. Ver, por exemplo, a crítica dos estudantes ao modelo de congresso acadêmico, em “Megaeventos acadêmicos: enquanto um(a) de nós não puder pagar, continuaremos questionando!” e “Politizar o “não lugar”: os estudantes e a descolonização da RAM”; nosso diálogo com o espaço político Revocables, que atua no curso de antropologia da Universidad de Buenos Aires, em “Hipótesis 356: la política puede salvarnos de la disciplina” e “Gerar o mal-estar: a experiência dos “Revocables” e da cadeira coletiva de epistemologia em Buenos Aires”; e o relato da oficina que realizamos com os estudantes durante a ocupação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS em 2016: “O agora não cabe no Lattes”. Conspirações no IFCH ocupado”.

fala. Se alguém se formou em Sociologia, Antropologia, História ou o que for, e possui certos conhecimentos sobre alguns assuntos, bem-vindo seja. Todo e qualquer debate e intervenção sobre temas diversos eram recebidos com entusiasmo na ocupação do IFCH/UFRGS. Mas isso não assegurava nenhuma legitimidade *a priori* para aquele que porta um título ou posição institucional. O próprio lugar do conhecimento fora ali redefinido: não era mais o fundamento da autoridade; o conhecimento seria, a partir de então, solidário ao incremento de uma potência política coletiva e sua capacidade de sustentar um movimento de transformação do mundo.

As disciplinas foram objeto de crítica porque elas não se concretizam apenas nos resultados legíveis do trabalho de certos autores ou na aplicação de determinados métodos de pesquisa com sua respectiva inscrição nas tradições autorizadas do pensamento acadêmico. Como sugerimos no marco do coletivo Máquina Crítica – Grupo de Estudos em Antropologia Crítica, as disciplinas dependem, para se realizar, de uma série de mecanismos organizativos que buscam instaurar fronteiras institucionais, sistemas de intercâmbio de conhecimento, lógicas investigativas e *ethos* políticos institucionalmente dominantes. Estes mecanismos identificam e agenciam elementos e processos heterogêneos para, a partir deles, definir um objeto de conhecimento – usualmente pensado em chave de “alteridade”, no caso da antropologia – e organizar, com relação a dito objeto, certos procedimentos de representação e de subjetivação⁴⁵. Isto quer dizer que as disciplinas, ancoradas em estabelecimentos universitários, agenciam e organizam desejos, corpos e o pensamento a partir do seu próprio diagrama disciplinar, que – não é difícil perceber – distribui de maneira desigual a prerrogativa de fala: os mandarins são ouvidos; os estudantes não são ouvidos, salvo quando repetem o que já está avalizado pelo cânone.

Em suma, as disciplinas e seu regime de autoridade não passaram incólumes às recentes politizações estudantis⁴⁶. O clima de restauração que muitos intelectuais públicos tentam promover não acompanha o curso real de politização dos lugares –

⁴⁵ No texto “Suspender o disciplinamento, redimir a promessa da antropologia” (2018), Alex Moraes e eu desenvolvemos com mais detalhe a análise dos mecanismos que sustentam a disciplina antropológica.

⁴⁶ Existem muitos outros percursos que poderiam ser feitos para identificar a crítica às disciplinas e seu *modus operandi*. Essa crítica reverbera em uma série de enunciados e mal-estares que qualquer um pode perceber se observa bem: nos congressos (ou no boicote a eles), nas reuniões estudantis de tom conspiratório, nos seminários alternativos e paralelos, nas tentativas de conformar grupos autônomos de discussão, etc.

as universidades, as escolas, os congressos acadêmicos – que nós viemos experimentando nos últimos anos. É desse curso real e múltiplo que podem emergir os critérios para um novo esforço de composição política com outros sujeitos coletivos que também estão tentando politizar seus próprios lugares. Só quem está engajado em tal esforço de ruptura crítica conseguirá entender – por ressonância – e se somar – por solidariedade – a outros impulsos análogos, seja onde for: na aldeia indígena, na cidade, entre empreendedores populares, mulheres negras que moram nas periferias urbanas, etc.

Não queremos dizer com isso que o conhecimento adquirido e acumulado durante anos de pesquisa e formação não servem para nada. Significa dizer que a mobilização desse conhecimento em prol da legitimação das disciplinas acadêmicas tende, na prática, a esvaziá-lo em suas potencialidades, como ponto de partida para empreender a crítica imanente de nossa própria conjuntura. O que os intelectuais públicos que militam pelas suas disciplinas querem restaurar não é o pensamento, as leituras ou a pesquisa, simplesmente. Estas práticas têm existência assegurada sem as disciplinas. O que os intelectuais públicos – militantes de uma disciplina antes que militantes de uma causa emancipatória concreta – querem restaurar é a necessidade das instituições que garantem a legitimidade de sua própria autoridade, baseada em títulos universitários e, mais recentemente, numa “produtividade” contabilizável e, portanto, rentável. Mas, como já argumentei, essa pretensão tem pouco a ver com a ativação de um impulso político de natureza transformadora. Pelo contrário, consiste exatamente no alvo contra o qual esse impulso arremete.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Livia Godinho Nery Gomes. Ética da alegria e do encontro: diálogos entre Deleuze e Espinosa. O MANGUEZAL, v. 1, n. 2, a. 2, pp. 42-49, jan/jun 2018
COLETIVO DISCUTINDO EVENTOS ACADÊMICOS. “Megaeventos acadêmicos: enquanto um(a) de nós não puder pagar, continuaremos questionando!”. 2016. Disponível em: <<https://antropologiacritica.wordpress.com/2016/04/20/megaeventos-academicos-enquanto-uma-de-nos-nao-puder-pagar-continuaremos-questionando/>>. Acesso em: 25 jan. 2019

DE SOUZA, Jessé. “Jessé Souza: É preciso explicar o Brasil desde o ano zero” (entrevista). 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/jesse-souza-a-elite-do-atraso/>>. Acesso em: 25 jan. 2019

DUTRA, Roberto. “Há cegueira da esquerda para entender a nova classe trabalhadora” (entrevista). 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/25/politica/1464213018_877456.html>. Acesso em: 25 jan. 2019

HALLWARD, Peter. Politics of prescription. The South Atlantic Quarterly 104:4, Fall 2005.

LAZARUS, Sylvain. Antropologia do Nome. Editora Unesp: São Paulo, 2017.

MÁQUINA CRÍSICA-GEAC. Hipótesis 356: la política puede salvarnos de la disciplina. 2017 Disponível em: <<https://antropologiacritica.wordpress.com/2017/11/23/hipotesis-356-la-politica-puede-salvarnos-de-la-disciplina/>>. Acesso em: 25 jan. 2019

MÁQUINA CRÍSICA-GEAC. Gerar o mal-estar: a experiência dos “Revocables” e da cadeira coletiva de epistemologia em Buenos Aires. 2017. Disponível em: <<https://antropologiacritica.wordpress.com/2017/03/10/gerar-o-mal-estar-a-experiencia-dos-revocables-e-da-materia-coletiva-de-epistemologia-em-buenos-aires/>>. Acesso em: 25 jan. 2019

MESOMO, Juliana. Politizar o “não lugar”: os estudantes e a descolonização da RAM. 2016. Disponível em: <<https://antropologiacritica.wordpress.com/2016/01/13/politizar-o-nao-lugar-os-estudantes-e-a-descolonizacao-da-ram/>>. Acesso em: 25 jan. 2019

MORAES, Alex; MESOMO, Juliana. Suspende o disciplinamento, redimir a promessa da antropologia. 2018. Disponível em: <<https://antropologiacritica.wordpress.com/2018/08/29/suspende-o-disciplinamento-redimir-a-promessa-da-antropologia/>>. Acesso em: 25 jan. 2019

NEOCOSMOS, Michael. Os que “não contam” podem ter Razão? Subjetividade política no mundo (neo)colonial e os limites da História. 2018. Disponível em: <<https://antropologiacritica.wordpress.com/2018/02/22/os-que-nao-contam-podem-ter-razao-subjetividade-politica-no-mundo-neocolonial-e-os-limites-da-historia/>>. Acesso em: 25 jan. 2019

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. “Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015”. Revista da Fundação Perseu Abramo, Nº 11, Ano 7, 2016, p. 169-180

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Luzes antropológicas ao obscurantismo: uma agenda de pesquisa sobre o “Brasil profundo” em tempos de crise*. Revista de Antropologia da UFSCar, 8 (2), jul./dez. 2016: 21-28

ROQUE, Tatiana. “Subjetividades no ponto cego da esquerda”. 2017. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/subjetividades-no-ponto-cego-da-esquerda/>>. Acesso em: 25 jan. 2019

SEMÁN, Pablo. “El poder real del voto confesional”. 2018. Disponível em:
<<http://revistaanfibia.com/ensayo/poder-real-del-voto-confesional/>>. Acesso em: 25
jan. 2019.